

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



# Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

*Eólica Canudos III SPE S.A.*

---



## ÍNDICE

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa.....</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados .....</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes .....</b>	<b>8</b>
<b>Balancos patrimoniais.....</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas.....</b>	<b>11</b>
1 Contexto e mudanças significativas .....	11
1.1 Informações gerais .....	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis .....	12
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação .....	12
2 Principais informações financeiras .....	12
2.1 Resultado do exercício .....	12
2.2 Ativos e passivos financeiros .....	14
2.3 Ativos e passivos não-financeiros .....	17
2.4 Patrimônio líquido .....	19
3 Estimativas críticas e riscos.....	19
3.1 Estimativas críticas e julgamentos .....	19
3.2 Gestão de riscos.....	19
3.3 Risco regulatório.....	20
3.4 Risco de liquidez .....	20
4 Itens não reconhecidos.....	21
4.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço.....	21
5 Outras informações .....	21
5.1 Transações com partes relacionadas .....	21
5.2 Seguros .....	22
6 Políticas contábeis materiais adotadas .....	22
6.1 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
6.2 Imobilizado.....	22
6.3 Intangível .....	23
6.4 Redução ao valor recuperável (“ <i>impairment</i> ”).....	24
6.5 Empréstimos e financiamentos .....	25
6.6 Provisões .....	25
6.7 Tributação.....	26
6.8 Outros ativos e passivos .....	27
6.9 Reconhecimento de receita.....	27
6.10 Instrumentos financeiros .....	27
6.11 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente .....	27
6.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes .....	28

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

---

**Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.**

Praia do Flamengo, 154 - 4ª andar,  
Flamengo - Rio de Janeiro (RJ) Brasil  
T +55 21 3512-4100  
[www.grantthornton.com.br](http://www.grantthornton.com.br)

Aos Administradores e Acionistas da  
**Eólica Canudos III SPE S.A.**  
Canudos – BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Canudos III SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Canudos III SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-025.583/F-2



Thiago Bragatto  
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

**Demonstração dos fluxos de caixa**

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL		(11.506)	(3.502)
<b>Ajustes por</b>	<b>2.1.3</b>	14.330	7.215
Resultado financeiro – provisão de juros			
Depreciações e amortizações	<b>2.1.2</b>	10.039	8.288
<b>Aumento / diminuição em ativos e passivos</b>			
Outros ativos		831	(186)
Contas a receber	<b>2.2.4</b>	(566)	(1.263)
Impostos a recuperar		(17)	-
Contas a receber - partes relacionadas		(24)	-
Fornecedores	<b>2.2.5</b>	(3.243)	3.177
Obrigações fiscais e trabalhistas		(386)	43
Penalidades contratuais	<b>2.2.7</b>	99	(20)
Contas a pagar - Partes relacionadas	<b>4.1</b>	(1.535)	(3.269)
Outros passivos		546	1.997
<b>Recursos gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>8.568</b>	<b>12.480</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(938)	(1.344)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais</b>		<b>7.630</b>	<b>11.136</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Aplicações em títulos e valores mobiliários	<b>2.2.3</b>	(1.038)	
Aquisições de imobilizado	<b>2.3.1</b>	(2.900)	(29.631)
Aquisições de intangível	<b>2.3.2</b>	(12)	(340)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento</b>		<b>(3.950)</b>	<b>(29.972)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Recebimento de empréstimos e financiamentos	<b>2.2.6</b>	-	11.639
Empréstimos e financiamentos - Pagamento	<b>2.2.6</b>	(27.353)	-
Aumento de capital social		-	14.490
Adiantamento para futuro aumento de capital	<b>2.4.2</b>	10.000	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (consumidos nas) atividades de financiamento</b>		<b>(17.353)</b>	<b>26.129</b>
<b>Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(13.673)</b>	<b>7.293</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.218	8.925
<b>Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(13.673)</b>	<b>7.293</b>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.545	16.218
<b>Transações que não afetam o caixa</b>			
Aquisição de imobilizado - Parte relacionada		-	2.018
Aquisição de imobilizado - Juros financiamento		-	2.119

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados**

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	2.1.1 (a)	27.174	28.813
Custos operacionais	2.1.2	(20.795)	(22.293)
<b>Resultado bruto</b>		<b>6.379</b>	<b>6.520</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas	2.1.2	(4.249)	(3.273)
<b>Lucro operacional</b>		<b>2.130</b>	<b>3.247</b>
Despesas financeiras		(14.734)	(7.464)
Receitas financeiras		1.098	715
<b>Resultado financeiro</b>	2.1.3	<b>(13.636)</b>	<b>(6.749)</b>
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(11.506)</b>	<b>(3.502)</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.257)	(1.665)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(12.763)</b>	<b>(5.167)</b>
Prejuízo por ação em R\$	2.4.4	(0,05)	(0,02)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(12.763)	(5.167)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(12.763)</b>	<b>(5.167)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Balancos patrimoniais**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	2.545	16.218	Fornecedores	2.2.5	1.233	4.478
Contas a receber	2.2.4	4.090	3.524	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	12.824	6.608
Contas a receber - Partes relacionadas		24	-	Obrigações fiscais e trabalhistas		483	530
Impostos a recuperar		17	-	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	727	2.262
Outros ativos		917	917	Penalidades contratuais	2.2.7	570	471
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>6.762</b>	<b>20.659</b>	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	184	184
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>16.001</b>	<b>14.533</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	1.038	-	Outros passivos		2.543	1.997
Outros ativos		183	183	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	182.201	201.437
Imobilizado	2.3.1	441.705	448.549	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>184.744</b>	<b>203.434</b>
Intangível	2.3.2	6.670	6.952	<b>Total do passivo</b>		<b>200.745</b>	<b>217.967</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>449.596</b>	<b>455.684</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	2.4		
				Capital social		263.601	263.601
				Adiantamento para futuro aumento de capital		10.000	-
				Prejuízos acumulados		(17.988)	(5.225)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>255.613</b>	<b>258.376</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>456.358</b>	<b>476.343</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>456.358</b>	<b>476.343</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Lucros			Prejuízos Acumulados	Total
				Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Total		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>235.111</b>	<b>14.000</b>	-	-	-	<b>(58)</b>	<b>249.053</b>
Aumento de capital	2.4.1	14.490	-	-	-	-	-	14.490
Conversão em capital	2.4.1	14.000	(14.000)	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(5.167)	5.167
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<b>263.601</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.225)</b>	<b>258.376</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.4.2	-	10.000	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(12.763)	(12.763)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<b>263.601</b>	<b>10.000</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.988)</b>	<b>255.613</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas

### 1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

#### 1.1 Informações gerais

A Eólica Canudos III SPE S.A. (Companhia), constituída em 11 de novembro de 2019, é uma Companhia por ações de capital fechado de propósito específico, com sede situada na Fazenda Varzinha, Zona Rural, CEP 48.520-000, no Município de Canudos, Estado da Bahia, por sua vez parte integrante do conglomerado de empresas Voltaia.

A Companhia tem por objeto social a geração de energia elétrica de fonte eólica, e, em razão da atividade exercida, integram o objeto da Companhia todas as ações necessárias à estruturação, ao desenvolvimento, à implantação e à exploração do parque eólico denominado “Eol Canudos I”, com potência instalada de 49,70 (Quarenta e nove) MW.

Em fevereiro de 2024, a Companhia obteve junto ao fornecedor das turbinas do parque eólico o documento que atesta o final da construção do parque e que ele se encontra apto a gerar conforme estabelecido no contrato, este documento é nomeado de final cap.

Por conta disso, nesta data foram realizadas as transferências entre imobilizado e intangível em curso para em serviço, iniciando-se assim o início da depreciação.

Em 31 de dezembro de 2025, Companhia encontra-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 9.239 (2024 positivo R\$ 6.126), havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

#### Autorização do Parque Eólico Canudos III S.A.

A RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 9.440, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora eólica denominada EOL Canudos I, no Município de Canudos, Estado da Bahia, com 49.700 kW de capacidade instalada e 25.500 kW médios de garantia física de energia, constituída por quatorze unidades geradoras de 3.550 kW. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 17 DE NOVEMBRO DE 2020, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Eol Canudos I, instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria nº 130, de nº 9.440, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2020.

#### Contrato de Comercialização no ambiente livre – CCEAL

O contrato no Ambiente de Comercialização Livre (ACL) firmado pela Companhia iniciou o período de suprimento de energia em 01 de janeiro de 2022 com duração de 20 anos. Contudo, devido ao empreendimento estar em construção nessa data, o contrato foi solidariamente e temporariamente cumprido pela Voltaia do Brasil Comercializadora de Energia Ltda., empresa do grupo Voltaia. Em novembro de 2023 a Companhia obteve autorização da ANEEL para início da operação comercial a partir de 1 de dezembro de 2023, através do despacho 4.668 de 30 de novembro de 2023, momento no qual a Companhia assumiu a responsabilidade do contrato, cedido temporariamente para Voltaia Comercializadora.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Aprovação das demonstrações financeiras**

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2026.

**1.2 Base de preparação e políticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

**1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**2 Principais informações financeiras**

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

**2.1 Resultado do exercício**

**2.1.1 Receita operacional**

**2.1.1 (a) Receita operacional com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEE	1.431	130
Receita bruta de fornecimento - ACL	30.241	27.038
Receita bruta de fornecimento - Parte Relacionada	1.268	4.841
<b>Total de receita bruta</b>	<b>32.940</b>	<b>32.009</b>
Penalidade - CCEE	(4.537)	(1.948)
Tributos sobre receita	(1.229)	(1.248)
<b>Total das deduções da receita</b>	<b>(5.766)</b>	<b>(3.196)</b>
<b>Total de receita operacional líquida</b>	<b>27.174</b>	<b>28.813</b>

A Companhia obteve autorização da ANEEL através do despacho 4.668 de 30 de novembro de 2023, autorizando o início da operação comercial a partir de 1 de dezembro de 2023.

Com a assinatura do Certificado de Aceitação Provisória (CAP) dos aerogeradores em 15 de fevereiro de 2024, o empreendimento Canudos encerrou formalmente seu período de construção, passando à fase operacional, dessa forma sua geração de energia aumentou de forma significativa em 2024.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.2 Custos e despesas por natureza**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Encargos setoriais	(2.979)	-	(2.695)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(340)	-	-	-
Energia comprada para revenda	(338)	-	(4.748)	-
Serviços de operação e manutenção	(2.675)	-	(2.001)	-
Serviços de operação e manutenção - partes relacionadas	(3.121)	-	(3.259)	-
Aluguéis	(538)	-	(515)	-
Depreciações e amortizações	(10.039)	-	(8.288)	-
Seguros	(765)	-	(787)	-
Despesas administrativas gerais	-	(668)	-	(1.635)
Serviços de terceiros	-	(1.638)	-	(1.638)
	<b>(20.795)</b>	<b>(4.249)</b>	<b>(22.293)</b>	<b>(3.273)</b>

A Companhia obteve autorização da ANEEL através do despacho 4.668 de 30 de novembro de 2023, autorizando o início da operação comercial a partir de 1 de dezembro de 2023. Em 2023, os encargos setoriais foram capitalizados como custo de construção do parque, devido ao melhor entendimento de aspectos regulatórios ocorridos no ano.

**2.1.3 Resultado financeiro**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.039	708
Outras receitas financeiras	59	7
<b>Total</b>	<b>1.098</b>	<b>715</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.045)	(10.441)
Custo da transação	(1.296)	3.226
Ajuste a valor presente	(65)	(45)
IOF	(58)	(89)
Outras despesas financeiras	(270)	(115)
<b>Total</b>	<b>(14.734)</b>	<b>(7.464)</b>
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>(13.636)</b>	<b>(6.749)</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.1.4 Imposto de renda e contribuição social**

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receita Bruta de vendas</b>	<b>27.174</b>	<b>28.813</b>
Presunção imposto de renda – 8% (a)	2.174	2.305
Presunção contribuição social – 12 (b)	3.261	3.458
Demais receitas e ganhos de capital (c)	1.266	2.289
<b>Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)</b>	<b>3.440</b>	<b>4.594</b>
Imposto de renda: 15%	516	689
Adicional de Imposto de Renda: 10%	334	459
<b>Total IRPJ</b>	<b>850</b>	<b>1.148</b>
<b>Base de cálculo - CSLL (b)+(c)</b>	<b>4.527</b>	<b>5.747</b>
Contribuição social: 9%	407	517
<b>Total de CSLL</b>	<b>407</b>	<b>517</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>1.257</b>	<b>1.665</b>

**2.2 Ativos e passivos financeiros**

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

**2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria**

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalente de caixa	2.545	16.218
Contas a receber de clientes	4.090	3.524
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>6.635</b>	<b>19.742</b>
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	(1.233)	(4.478)
Empréstimos e financiamentos	(195.025)	(208.045)
Penalidades contratuais	(570)	(471)
Contas a pagar - Partes relacionadas e dividendos	(911)	(2.446)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(197.739)</b>	<b>(215.440)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros, líquidos</b>	<b>(191.104)</b>	<b>(195.698)</b>

**2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	645	70
Aplicações financeiras	1.900	16.148
	<b>2.545</b>	<b>16.218</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Certificados de Depósito Bancário, com liquidez imediata. O CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (2024 – 97% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário) e está mantido junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

**2.2.3 Conta a receber**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Centralizadora	269	-
Serviço da dívida - Empréstimo BB	759	-
	<u><b>1.038</b></u>	<u>-</u>

Os valores registrados em títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDB), mantidas com a finalidade de constituição de conta restrita reserva da dívida e suporte à liquidez operacional da companhia. As aplicações possuem remuneração correspondente a 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

**2.2.4 Conta a receber**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	338
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	487	-
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	3.603	3.186
	<u><b>4.090</b></u>	<u><b>3.524</b></u>

O prazo médio de recebimento em 2025 dos valores relativos às vendas de energia é de 30 dias da data do faturamento.

**2.2.5 Fornecedores**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Construção - Serviços	336	238
Construção - Material	3	3
Construção - Equipamentos	841	2.429
Energia	73	1.808
<b>Total</b>	<u><b>1.233</b></u>	<u><b>4.478</b></u>

**2.2.6 Empréstimos e financiamentos**
**2.2.6 (a) Composição de saldo**

	<b>Encargos financeiros incidentes</b>	<b>Moeda</b>	<b>Prazo do contrato</b>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Financiamentos</b>					
Banco do Brasil	IPCA + 1,4858% a.a.	Real	31/05/2021 - 01/12/2040	195.025	208.045
				<u><b>195.025</b></u>	<u><b>208.045</b></u>
Total circulante				12.824	6.608
Total não circulante				182.201	201.437

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

 Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma
 

---

Em 31 de maio de 2021, a Companhia assinou o contrato de financiamento nº 176.902.289 junto ao Banco do Brasil S.A. ("BB"), no valor de R\$ 183.361.938,16, a ser provido com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, em termos aprovados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com vencimento em dezembro de 2040. O referido contrato foi aditado em maio de 2023, com taxa de juros prevista de IPCA + Spread de 1,4858% a.a. e juros apurados durante o período de carência e exigidos semestralmente a partir de dezembro de 2024.

A movimentação do financiamento nos exercícios 2025 e 2024 ocorreu conforme demonstrado abaixo:

<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>187.072</b>
Captações	11.639
Juros capitalizados	3.106
Juros - resultado	10.441
Custo da transação capitalizados	(987)
Custos da transação - resultado	(3.226)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>208.045</b>
Juros - resultado	13.045
Custos da transação - resultado	1.288
Pagamento - principal	(13.670)
Pagamento - juros	(13.683)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>195.025</b>

### 2.2.6 (b) Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BB estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) mínimo deverá ser de 1,30x, observado que a apuração do indicador deverá ser no máximo anual, a partir do exercício subsequente (inclusive) ao Período de Carência, no período compreendido entre o final do período de Carência e 31 de dezembro de 2028 (inclusive), o ICSD Mínimo poderá ser de 1,20x.

### 2.2.6 (c) Garantias

São garantias do contrato do BB:

- contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios;
- contrato de alienação fiduciária de ações em garantia e outras avenças;
- contrato de alienação fiduciária de aerogeradores em garantia e outras avenças (14 turbinas);
- Cessão fiduciária em conta reserva de O&M, correspondente ao somatório das 3 (três) próximas parcelas vincendas do Contrato O&M, a ser observado a partir do término do período de carência até o fim da vigência do contrato de financiamento;
- Cessão fiduciária de conta reserva de serviço da dívida, que deverá ser mensalmente composta em montantes proporcionais a um sexto do valor estimado da próxima parcela vincenda de amortização do principal e dos acessórios da dívida, decorrentes do contrato de financiamento.

### 2.2.7 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica bilateral no ambiente livre prevê a verificação de uma penalidade bimensal onde são pagas em duas parcelas nos meses posteriores quanto ao cumprimento contratual, conforme metodologia acordada entre as partes.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2025 foi registrado o valor de R\$ 570 correspondente a provisão de penalidade anual (2024 – R\$ 471).

**2.3 Ativos e passivos não-financeiros**
**2.3.1 Imobilizado**

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Imobilizado em curso</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	-	905	905
Linha de transmissão e subestação	181.462	181.462	181.462	181.462
Móveis e utensílios	-	-	-	-
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>182.367</b>	<b>182.367</b>	<b>182.367</b>	<b>182.367</b>
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	277.292	262.575	-	-
Linha de transmissão e subestação	50.936	47.874	-	-
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>328.228</b>	<b>310.449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Bens em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	-	274.192	266.149
Móveis e utensílios	36	29	36	33
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>36</b>	<b>29</b>	<b>274.228</b>	<b>266.182</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>459.491</b>	<b>441.705</b>	<b>456.595</b>	<b>448.549</b>

**2.3.1 (a) Movimentações em 2025 e 2024**

	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos/Baixas	Depreciação	Outras Movimentações	Valor líquido em 31/12/2025
<b>Imobilizado em curso</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	905	-	-	(905)	-
Linha de transmissão e subestação	181.462	2.900	-	(53.135)	131.227
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>182.367</b>	<b>2.900</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>131.227</b>
<b>Imobilizado em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	-	(6.678)	269.253	262.575
Linha de transmissão e subestação	-	-	(3.062)	50.936	47.874
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(9.740)</b>	<b>320.185</b>	<b>310.449</b>
<b>Bens em operação</b>					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	266.149	-	-	(266.149)	-
Móveis e utensílios	33	-	(4)	-	29
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>266.182</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(266.149)</b>	<b>29</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>448.549</b>	<b>-</b>	<b>(9.744)</b>	<b>-</b>	<b>441.705</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos/Baixas	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Imobilizado em curso</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	248.649	(247.744)		905
Linha de transmissão e subestação	174.144	7.318		181.462
Móveis e utensílios	33	(33)		-
<b>Total do imobilizado em curso</b>	<b>422.826</b>	<b>(240.459)</b>		<b>(182.367)</b>
<b>Bens em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	-	274.192	(8.043)	266.149
Móveis e utensílios	-	36	(3)	33
<b>Total dos bens em operação</b>	<b>-</b>	<b>274.228</b>	<b>(8.046)</b>	<b>266.182</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>422.826</b>	<b>33.769</b>	<b>(8.046)</b>	<b>448.549</b>

### 2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos históricos incorridos na Companhia até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Canudos antes do início da construção do parque.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Intangível em operação</b>				
Intangível em operação	7.160	6.641	7.148	6.914
Software	46	29	46	38
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>7.206</b>	<b>6.670</b>	<b>7.194</b>	<b>6.952</b>
<b>Total do intangível</b>	<b>7.206</b>	<b>6.670</b>	<b>7.194</b>	<b>6.952</b>

### 2.3.2 (a) Movimentações em 2024 e 2025

	Valor líquido em 31/12/2023			Valor líquido em 31/12/2024			Valor líquido em 31/12/2025		
	Ingresso	Depreciação		Ingresso/Baixa	Depreciação		Ingresso	Depreciação	
<b>Intangível em curso</b>									
Gastos desenvolvimento	6.809	(6.809)	-	-	-	-	-	-	-
Software	45	(45)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total do intangível em curso</b>	<b>6.854</b>	<b>(6.854)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Intangível em operação</b>									
Intangível em operação	-	7.148	(234)	6.914	12	(285)	6.641		
Software	-	46	(8)	38		(9)	29		
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>-</b>	<b>7.194</b>	<b>(242)</b>	<b>6.952</b>		<b>(294)</b>	<b>6.670</b>		
<b>Total do intangível</b>	<b>6.854</b>	<b>340</b>	<b>(242)</b>	<b>6.952</b>		<b>(294)</b>	<b>6.670</b>		

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**  
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 2.4 Patrimônio líquido

### 2.4.1 Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 263.601, subscrito e integralizado conforme descrito abaixo:

	Quantidade de ações	%	Valor	%
VMI-BR Canudos B.V.	262.458.313	99,57%	262.458	99,57%
Voltaia Energia do Brasil Ltda.	1.142.663	0,43%	1.143	0,43%
	<b>263.600.976</b>	<b>100%</b>	<b>263.601</b>	<b>100%</b>

### 2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia não apresentou lucro em 31 de dezembro de 2025.

### 2.4.3 Lucro (prejuízo) por ação

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(12.763)	(5.167)
Quantidade média ponderada de ações no exercício	263.601	263.601
Prejuízo por ação (em reais - R\$)	<b>(0,05)</b>	<b>(0,02)</b>

## 3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

### 3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

### 3.2 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**
**Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma**

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

### 3.3 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

### 3.4 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>					
Fornecedores	1.233	-	-	-	<b>1.233</b>
Empréstimos e financiamentos	12.824	13.483	38.790	129.928	<b>195.025</b>
Contas a pagar - Partes relacionadas	727	-	-	-	<b>727</b>
Dividendos - Partes relacionadas	184	-	-	-	<b>184</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>					
Fornecedores	4.478	-	-	-	<b>4.478</b>
Empréstimos e financiamentos	6.608	12.936	38.809	149.692	<b>208.045</b>
Contas a pagar - Partes relacionadas	2.262	-	-	-	<b>2.262</b>
Dividendos - Partes relacionadas	184	-	-	-	<b>184</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

## 4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas Demonstrações Financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

### 4.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia é parte em processo de natureza cível no montante de R\$ 7.219 no qual a empresa Sadesul requer o pagamento de indenizações em função de determinados assuntos, todos decorrentes de supostos inadimplementos contratuais atribuídos à Companhia.

O processo encontra-se classificado como de perda possível, conforme avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi reconhecida provisão para perda nas demonstrações financeiras, em conformidade com o CPC 25 / IAS 37.

Adicionalmente, a Companhia apresentou pedido de reconvenção no procedimento arbitral no montante de 26.904, pleiteando indenização pelos descumprimentos contratuais por parte da Sadesul e demais prejuízos gerados à Companhia.

## 5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

### 5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui contas a pagar com as empresas do grupo Votalia como segue.

#### 5.1.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025		
	Ativo - Imobilizado (a)	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Dividendos
<b>Circulante</b>			
Votalia Energia do Brasil Ltda.	-	257	-
Eólica Canudos II SPE S.A. (a)	131.227	-	-
Votalia Serviços do Brasil Ltda.	-	249	-
VMI-BR Canudos B.V.	-	221	184
<b>Total circulante</b>	<b>131.227</b>	<b>727</b>	<b>184</b>
<b>Total</b>	<b>131.227</b>	<b>727</b>	<b>184</b>

(a) Refere-se aos custos comuns para construção da subestação e linha de transmissão repartidos entre as empresas Canudos II e Canudos III que será realizado ao término da mesma.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**5.1.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024**

	31/12/2024		
	Ativo - Imobilizado (a)	Passivo - Contas a pagar	Passivo - Dividendos
<b>Circulante</b>			
Voltaia Energia do Brasil Ltda.	-	1.961	-
Eólica Canudos II SPE S.A.	128.327	-	-
Voltaia Serviços do Brasil Ltda.	-	80	-
VMI-BR Canudos B.V.	-	221	184
<b>Total circulante</b>	<b>128.327</b>	<b>2.262</b>	<b>184</b>
<b>Total</b>	<b>128.327</b>	<b>2.262</b>	<b>184</b>

(a) Refere-se aos custos comuns para construção da subestação e linha de transmissão repartidos entre as empresas Canudos II e Canudos III que será realizado ao término da mesma.

**5.2 Seguros**

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES			
RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA		VALOR EM RISCO
<b>GARANTIA</b>			
Canudos III	RISCO OPERACIONAL	13/12/2024 a 13/12/2025 - Swiss Re Corporate	37.182

**6 Políticas contábeis materiais adotadas**
**6.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

**6.2 Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025****Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma**

---

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas – 32 anos (25 anos – 2022)
- Linha de transmissão e subestação – 33 anos

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

**Desmobilização**

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

**6.3 Intangível****6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**  
Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

A partir do 1º de julho de 2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

### 6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

### 6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## 6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

### 6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

O ativo financeiro é registrado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado podendo ser reduzido por ajuste de redução ao valor recuperável. Essas Perdas são apuradas de acordo com a experiência histórica de perdas de créditos e ajustadas em fatores específicos aos devedores, nas condições atuais e futuras, quando aplicável.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

#### 6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

### 6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

### 6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**6.7 Tributação****6.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social (“PIS”), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social (“COFINS”), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços (“ISS”), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

**6.7.2 Tributos sobre o lucro****Impostos correntes**

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

**Impostos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**6.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

**6.9 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

**6.10 Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/ mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

**6.11 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS *Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade**

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

**OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)**

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

## 6.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

**Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras**

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações financeiras. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – *Presentation and Disclosure in Financial Statements* e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações financeiras. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

**IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública**

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

\* \* \*

## Fale conosco

### *Brasil*

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro  
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil  
T.+55 2221-7190*



[www.voltalia.com](http://www.voltalia.com)     